

# AMADORA DE OUTROS TEMPOS

Já algumas vezes fizemos referência aos «salaios» da Amadora, localidade dos arrabaldes da capital, da qual saíam diariamente, para Lisboa, vendedores de pão, de leite e de queijos. O principal posto de venda situava-se na Praça da Figueira, mas também deambulavam pelos bairros de Lisboa com os seus pregões de morangos, lavadeiras de roupa, queijadas e pastéis de feijão.

O conceito de saloio pouco tem divergido entre especialistas, pelo seu interesse, vejamos o que nos diz sobre o assunto Fernando Castelo Branco, in Revista Municipal, N.º 22 - 4.º trimestre - 1987:

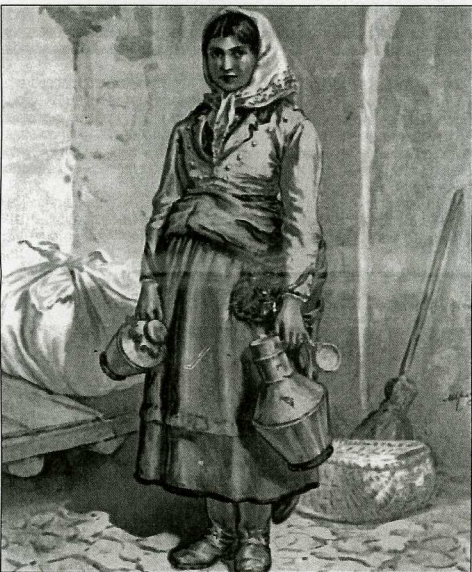
## A PROBLEMÁTICA DO CONCEITO DE SALOIO

A origem e o significado da palavra saloio foram estabelecidos por um sábio arabista, David Lopes, em sessão da Academia das Ciências de Lisboa de 23 de Dezembro de 1915: de origem árabe, significa «habitante do campo, em oposição ao da cidade; apelação, pois, de descendente com que a gente polida da cidade designava a população inculta dos campos camponês enfim»<sup>(1)</sup>. Esta origem e este significado não sofreram contestação, continuam a ser aceites e podemos considerá-los, por isso, como algo seguramente estabelecido.

Mas esta origem e este significado têm implícitos uma cronologia e uma problemática. Se a palavra saloio deriva de um termo árabe, ela deve-se portanto a pessoas que falavam essa língua, fossem os invasores muçulmanos ou seus descendentes, fossem peninsulares islamizados. E decerto o termo surgiu antes da reconquista definitiva de Lisboa pelos cristãos em 1147, e, obviamente, é posterior à invasão islâmica. Não parece nada provável que depois da reconquista cristã, depois de os muçulmanos terem sido, pelo menos na sua maior parte, expulsos de Lisboa, tivesse surgido aqui um termo derivado do árabe. Quanto ao problema, parece-nos ser este: se saloio é o habitante do campo, o camponês que contrasta com o habitante da cidade, salaios deveriam ser, pois, todos aqueles que viviam no campo nos arredores das cidades, dos centros urbanos com certa amplitude, isto durante o período muçulmano, uma vez que o termo surgiu durante este período. Como explicar aplicar-se ele apenas aos habitantes dos arredores de Lisboa e somente aos dos seus arredores setentrionais?

Lisboa esteve sob o domínio muçulmano mais tempo, bastante mais tempo do que várias outras cidades peninsulares, como, por exemplo, o Porto, o que favoreceu decerto o aparecimento em Lisboa, assim como sua península - e a Lisboa e arredores ficando circunscrito - uma denominação de origem árabe.

Mas, para além disso, há a considerar muito especialmente que Lisboa deve ter sido, devido ao movimento do seu porto, uma cidade particularmente cosmopolita no período muçulmano, fazendo um gritante contraste com os lugares circundantes. E mais:



Saloia leiteira

recordemos o testemunho do cruzado (2) autor da narrativa da conquista de Lisboa em 1147: «Ao tempo que a ela (Lisboa) chegásemos era o mais opulento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa. (...) A nossa cidade tinha a cidade sessenta mil famílias que pagavam tributos, incluindo os dos subúrbios em volta, mas excluídos os homens que não estavam sujeitos à tributação de ninguém (...) segundo depois se tornou pelo alcaide, isto é, pelo governador, depois de a termos tomado, teve esta cidade cento e cinquenta e quatro mil homens, excepto as mulheres e as crianças, mas incluídos os habitantes do castelo de Santarém, que, expulsos aquele ano da sua cidade, ali se tinham fixado como hóspedes, e bem assim todos os nobres de Sintra, Almada e Palmela, com muitos mercados de toda a parte da Espanha e de África. (...) A causa de tamanha aglomeração de homens era que não havia entre eles nenhuma religião obrigatória; e como cada qual tinha a religião que queria, por isso de todas as partes do Mundo os homens mais deprimidos acorriam aqui.»<sup>(3)</sup>

Para além da última afirmação, compreensível na pena de um cruzado e em ambiente de cruzada, parece-nos poder-se concluir da sua narrativa ter sido Lisboa, no período que antecedeu a reconquista, pelo menos, uma cidade com intensa actividade comercial, tráfego esse efectuado seguramente por via marítima na sua maior parte, um núcleo urbano onde convergiam pessoas vindas de diversos locais, portanto teria então Lisboa um acentuado carácter cosmopolita e seria consideravelmente populosa.

Mas a narrativa da reconquista de Lisboa dá-nos também importantes informes sobre os arredores da cidade: «Os seus terrenos, bem como os campos adjacentes, podem comparar-se aos melhores, e a nenhuns são inferiores, pela abundância do solo fértil, quer se atenda à produtividade das árvores, quer à das vinhas. (...) Prospera ali a oliveira. Nada há nela inculto ou estéril; antes, os seus campos são bons para toda a cultura»<sup>(4)</sup>.

Sendo, portanto, Lisboa uma cidade populosa e tendo em seu redor campos tão férteis, aptos para as culturas, nomeadamente as hortícolas, parece inevitável terem-se estes tornado a principal fonte de abastecimento dos lisboetas e, consequentemente, desenvolveu-se aí intensa actividade agrícola nos campos dos arredores, cuja população seria, como é lógico, constituída predominantemente por agricultores.

Logo, não estaríamos apenas perante uma dicotomia habitantes da cidade-habitantes do campo, mas perante uma dicotomia mais profunda. Dum lado teríamos a população de Lisboa, de uma cidade onde abundavam os comerciantes e, como o comércio se fazia em parte por mar, um porto para o qual convergiam barcos e marítimos. A cidade aliunha portanto gentes vindas de outras terras e os seus habitantes permanentes teriam com eles contacto, trato, convívio. Nos arredores, pelo contrário, existia uma população de agricultores, votada ao cultivo da terra, ligada pois à terra, à produção dos alimentos destinados a Lisboa, portanto uma população bastante fechada, sem horizontes.

Tudo indica, pois, ser desenvolvido no período muçulmano, pelo menos na época que precede à reconquista de Lisboa em 1147, mas decerto em todo ou quase todo o período muçulmano, uma bem acentuada diferença entre os habitantes de Lisboa e os dos arredores, existindo no entanto entre essas duas populações um frequente contacto, ainda que restrito, porquanto eram os próprios agricultores que vinham à cidade vender os seus produtos.

Contraste portanto entre o habitante da cidade e o habitante do campo, entre comerciantes, marítimos, funcionários, e, e agricultores, entre uma população cosmopolita, com contactos frequentes com povos longínquos, e uma população de perspectivas limitadas, entre populações, em suma, de níveis económicos diferentes. E portanto uma

dicotomia de carácter social, psicológico, económico e seguramente cultural. E foi ela, nesta sua amplitude, que originou o termo saloio.

Saloio, denominação criada e radicada no período muçulmano, mantém-se depois da reconquista de Lisboa, e chega, através dos séculos, ao nosso tempo - compreensivelmente, pois a dicotomia, o contraste humano, a diferenciação socio-económica e cultural permanecem depois da incorporação definitiva da cidade e seus arredores no reino cristão de Portugal e, decerto, até se agudizaram.

Lisboa continua a ser cosmopolita, continua a ser terra de comerciantes e de marinheiros, e ela continuam a afluir forasteiros, é a cidade de muitas e desvariadas gentes. E não deixa de alimentar-se, em boa parte, dos produtos que a população dos arredores, de agricultores, de homens presos ao amanho da terra, vêm à cidade vender. Logo, a permanência da dicotomia, do contraste, leva a manter-se o termo de origem árabe que exprime precisamente esse contraste, essa dicotomia.

E não só se mantém o termo saloio. Os êglogos à fertilidade, à riqueza da produção agrícola dos arredores de Lisboa, que o cruzado assinalou em sua narrativa, é tema referido com frequência e mesmo insistência nas descrições da cidade e seus arredores, em épocas posteriores.

Assim, Luís Mendes de Vasconcelos afirmou: «a fertilidade do seu termo não sei que haja outro mais fértil: porque não há terra que melhor produza o que nela se semeia e planta»<sup>(5)</sup>. E Nicolau de Oliveira considerou que Lisboa «tem outra causa que a engrandecia muito, que é o grande número de vilas e lugares, quase infinitas, e riquíssimas quantas que a criaram, e cercam»<sup>(6)</sup>.

E não são estas referências de carácter genérico, outras se nos deparam mais precisas, mas idênticas nos juízos. Na anónima *Relação seiscentista*, em verso, assim se descreve o que então eram arrabaldes de Lisboa:

«E por toda a larga chapa  
que do valle de Enxobregas,  
pello campo de Alvalade  
voltando os Anjos se cerca

Tudo são fertilidades  
tudo são abundâncias de terra,  
que entre todas as do mundo  
pode em tudo ser primeira.»<sup>(7)</sup>

O vale de Chelas, nos inícios do século XVIII, também um arrabalde, era, para o Padre Carvalho da Costa, «lugar ameno para a recreação e abundante pela fertilidade de seus frutos»<sup>(8)</sup>. E Colares representava para Nicolau de Oliveira o pomar de Lisboa: «abundantíssima de todo o género de frutos, e tanto, que quase todo o ar provê Lisboa, e outras terras de suas frutas»<sup>(9)</sup>.

Estor o conceito de saloio ligado à ideia de camponês, de cultivador de produtos agrícolas, parece-nos ter confirmação na circunstância de não se considerarem salaios os habitantes da Ericeira. Integrada em território saloio, não é considerada terra de salaios. Anota a este propósito Leite de Vasconcelos que «ninguém em Mafra considera salaios os da Ericeira e tratam-nos por fagezes, e «os da Ericeira muito menos se consideram salaios, e chamam assim, com desprezo, aos mafrenses»<sup>(10)</sup>. Esta situação de envaiar na terra dos salaios resultaria de ser a Ericeira situada numa vila piscatória, terra de gente do mar e não camponês, como o assinalaram Pinho Leal<sup>(11)</sup> e Alberto Pimentel<sup>(12)</sup>.

Pelo já referido, parece-nos concluir-se que o termo saloio derivou da diferença e do choque por essa diferença motivado, entre a população cosmopolita, de comerciantes, mais culta, de Lisboa, e os camponeses dos arredores, presos à terra por eles cultivada, espiritualmente de horizontes estreitos e fechados, que vindo à Lisboa vender os seus produtos agrícolas, faziam contraste acentuado com os lisboetas.

Tal parece-nos ter confirmação na circunstância de não se considerarem salaios os habitantes da margem sul do Tejo.

Na *Fisiologia do Saloio*, obra dos meados do século passado, publicada anonimamente, mas atribuída a António Maria da Cunha Pereira de São Maior<sup>(13)</sup>, acentua-se: «é certo que este termo não se torna mui extensivo no nosso pequeno reino; e por isso os costumes destes indivíduos não passam além de dez leguas em circunferência da capital, notando-se que os povos onde menos se pode aplicar a denominação de salaios são os que habitam ao Sul do Tejo»<sup>(14)</sup>. Alberto Pimentel consideraria estenderem-se por uma ampla área os salaios, alargando-a para norte, a terras tão distantes como Óbidos. Considera mesmo haver uma «zona de instalação, dos salaios, o «arrabalde de Lisboa», e uma zona de penetração ou irradiação, a qual, apesar de tanto se dilatar para norte, não ultrapassa o Tejo, para sul.»<sup>(15)</sup> Portanto essa expressão (termo de Lisboa) claramente visava o tipo etnográfico do saloio que expansivamente atestrou para o norte, mas que foi contido ao oriente pelo curso do Tejo, como ao sul e ocidente pelo mar»<sup>(15)</sup>. Diz ainda o mesmo autor: «o que é certo é que a antiga expressão termo de Lisboa se relaciona unicamente com o habitad dos salaios e não em geral com os arredores de Lisboa, porque apenas abrangia os habitantes da margem direita do Tejo e não os da margem esquerda»<sup>(16)</sup>.

Para além de erros e de ideias pouco ou nada aceitáveis nestas observações, interessa reter não ter, como vimos, considerado Alberto Pimentel, que tanto alargou a área dos salaios para norte, incluído nessa área a margem meridional do Tejo. José Leite de Vasconcelos procurou, com o cuidado e a boa fundamentação características de seus estudos, determinar quais as zonas a considerar como salaios<sup>(17)</sup>. Não inclui a margem sul do Tejo. Além disso, na divisão consagrada a tratar da «área própria dos Salaios», começa por transcrever a afirmação da *Fisiologia do Saloio*, já aqui referida, sem o menor comentário, e depois escreve: «Segundo apuradas informações que colhi à área saloia abrangem...»<sup>(18)</sup>. O que mostra acosta essa afirmação e, de certo modo, aponta dela para determinar a «área própria dos salaios».

Evidentemente, eram homens do campo, agricultores, camponês, a generalidade dos habitantes da margem sul do Tejo. Todavia, separados de Lisboa pelo amplo estuário, não abasteciam a capital com os produtos agrícolas que produziam.

Recorde-se não representar o *Caderno de todos os Barcos do Tejo tanto de Carga e Transporte como de Pesca* (19), provavelmente de 1785 (20), qualquer embarcação destinada a trazer produtos agrícolas da margem sul do Tejo. Figura aí a Barca de Alcáide Galega - hoje Moitão; «Barque pour le transport de bois»; a fragata de Alcochete, «pour le transport des Bois de chauffage à la ville»; a bateria de Porto Brandão, «pour le transport des pierres»; o barco de Moyot, «pour le transport du sable». Em contrapartida, apresentam-se como barcos trazendo então os abastecimentos para Lisboa, «Barcos do Ribatejo - Barques du haut Tage, elles portent des provisions à la Ville» e «Bateis d'Agua à s'isma-Bateaux du haut Tage, ils transportent des provisions à la ville».



Saloio vendedor de leite e de queijos

Teremos ainda no *Caderno dos Barcos dos Moinhos*: «elles transportent des moulins de faire du pain de feau les farines pour la ville». Produto industrial e não agrícola, não seriam os moinhos quem nos barcos trazia as farinhas. E os tripulantes entregá-las-iam nos cais, circunstância que, a par do seu pequeno número, fazia com que fossem bem pouco notórios. De resto, esbatiam-se por entre os tripulantes dos outros barcos, bem numerosos, ancorados no estuário do Tejo, dedicando-se a variadas tarefas. Para além dos já referidos barcos que desciam o Tejo com mercadorias<sup>(21)</sup>, havia os de pesca e os que se destinavam a descarregar as embarcações vindas de além-mar e que ficavam ao largo.

Portanto, os habitantes da margem sul, embora ligados, na sua maioria, à vida agrícola, e camponês como os salaios, não eram considerados como tal, pois não vindo à cidade

para vender aos lisboetas as suas produções agrícolas, permaneciam-thes estranhos e nada os identificava com a figura do camponês que lhes era familiar no dia-a-dia das suas vidas. Não se verificava para com eles o choque que originou o termo, com sentido algo depreciativo, de saloio.

Por tudo o que se disse, parece-nos não conter o termo saloio apenas a ideia de habitante do campo, em oposição ao da cidade, mas também a ideia de agricultor, homem que vivia do cultivo da terra e que vinha à Lisboa para vender os seus produtos, aliás, de um modo geral apreciados<sup>(22)</sup>.

Um outro problema a considerar é o de serem os salaios descendentes de muçulmanos. Escreveu José Leite de Vasconcelos, referindo-se ao fim do saloio, que este «justifica, em parte, a menção que todos, ou quase todos, os que têm falado dos salaios fazem, de que eles provêm dos Mouros que D. Afonso Henriques, após a conquista de Lisboa (1147), deixou ficar em seus lugares e fazendas, mediante certo tributo que lhe pagariam (Mouros fornos)». E acrescenta: «Digo em parte porque há-de entender-se que em Lisboa e arredores não havia então somente Mouros, havia ao mesmo tempo cristãos, isto é, Moçárabes, que constituíam a população autóctone»<sup>(23)</sup>.

Atal se referiu Miguel Leitão de Andrade, que José Leite de Vasconcelos menciona em nota de pé de página (24), mas é de reparar ter afirmado o escritor seiscentista algo de diferente do que diz José Leite de Vasconcelos: «E o mesmo se fez no termo de Lisboa. Deixando o Rey dom Afonso Anriques (como se diz na sua chronica) ficar os Mouros delle, em suas fazendas & lugares pagando o mesmo que aos seus Reys Mouros (...) & a estes chamarão, não Mudejares como os de Ronda, & Granada se não calaios (...) por onde estes calaios não há duvida serem, procederem destes que o Rey dom Afonso Anriques deixou por todo o termo de Lisboa logo também o mostrão porque são muyto barbaros porém de tal maneira se forão fazendo Christãos, & esquecendo sua progenie que nem memoria ha disso mais que a retenção do nome de calaios»<sup>(25)</sup>.

Como se verifica, Miguel Leitão de Andrade reporta-se ao termo de Lisboa e afirma claramente que os «calaios não há duvida serem, procederem destes que o Rey dom Afonso Anriques deixou por todo o termo de Lisboa». Ora José Leite de Vasconcelos afirma descendentes os salaios dos mouros que D. Afonso Henriques, após a conquista de Lisboa (1147) deixou ficar «em seus lugares, portanto não seriam só os do termo. E adiante é mais explícito: «há-de entender-se que em Lisboa e arredores não havia então somente mouros». E afirma-se descendentes os salaios dos mouros dos arredores de Lisboa é diferente da «ser dizer descendentes dos mouros de Lisboa e arredores, e essa diferença é bem maior devido a uma circunstância olvidada por José Leite de Vasconcelos, mas referida na narrativa da reconquista de Lisboa por ele mencionada logo a seguir<sup>(26)</sup>. De facto, diz o cruzado, autor dessa narrativa: «Despojados os mouros da cidade, desde sábado pela manhã até quarta-feira seguinte, saindo ininteruptamente por três portas, pareceram uma tão grande multidão de gente, como se toda a Espanha houvesse vindo ali»<sup>(27)</sup>.



Saloios vendendo na Praça da Figueira.

A expulsão dos mouros de Lisboa depois da reconquista em 1147 se refere a *Chronica da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa*, onde se lê: «E matoram na estrada (de Lisboa) tantas cõpanhas de mouros: que os rios do sangue corria pelas praças da dita cidade. E entom feyta esta boa obra ficaram huys poucos de mouros, e erão cavaleiros, e pã de por merca aalley que os nom mandasse mair, e que lhes desse hum logar apartado em que possedessem lauar e criar, e que ficassem por seus servos para sempre (...) Entom vendo etrey o que o pediam fez sobre ello fala com os do seu conselho e foi acordado que lhes fosse feita esta mercã»<sup>(28)</sup>.

Para além do exagero da mancha, habitual nas obras desta época, o qual só permitia a sobrevivência de «huys poucos de mouros», temos em ambos os textos a indicação de terem saído os mouros de Lisboa depois da reconquista em 1147, sendo de acóitar a informação do cruzado de terem saído em grande número. A *Chronica* diz terem pedido e ter-lhes sido concedido «hum logar apartado em que possedessem laurar e criar», coincidindo com a tradição, segundo a qual se teriam estabelecido nos arredores de Lisboa. De resto, a importância de Lisboa como centro comercial, administrativo e político, sugere tenha habitado aí um elevado número de mouros.

Antout José Leite de Vasconcelos e tudo indica tê-lo feito com boas razões «que em Lisboa e arredores não havia então somente mouros, havia ao mesmo tempo cristãos, isto é, moçárabes».

Portanto, face aos informes do cruzado e da *Chronica*, a população dos arredores de Lisboa, após 1147, passou a ser constituída pelos moçárabes, pelos mouros já aí estabelecidos e ainda pelos que haviam sido expulsos de Lisboa, numerosos, no dizer do cruzado. Na cidade, pelo contrário, ficaram os moçárabes e uma parte, decerto mínima, dos mouros que já lá viviam.

Portanto, estabeleceu-se uma bem acentuada diferenciação entre Lisboa, com um pequeno número de habitantes mouros, pois provavelmente nem todos haviam sido expulsos, e os arredores, onde a densidade habitacional de mouros aumenta consideravelmente em virtude da sua expulsão da cidade. Por isso, se na Lisboa muçulmana seria gritante o contraste entre a população citadina cosmopolita, de comerciantes, de mercados, de marinheiros, relativamente à dos arredores, de camponeses, de agricultores, cultivando terras férteis, abastecendo Lisboa com seus produtos campestres, depois de 1147, agora na Lisboa cristã e portuguesa, esse contraste mantêm-se e um novo e importante factor de diferenciação se estabeleceu: a forte densidade de população mourisca que passa a viver nos arredores, enquanto em Lisboa a sua densidade seria bem reduzida.

Mas os mouros, para além da religião, tinham os costumes e os hábitos, a forma de viver muçulmana. E sabe-se bem que tudo isto permanece longamente. Sabe-se mesmo como práticas religiosas, seja do paganismo, (29) seja do maometarismo, persistiram depois da cristalização. Portanto, as diferenças entre a população de Lisboa e a dos seus arredores tornam-se mais flagrantes depois da reconquista. Essas diferenças mantêm-se e bem marcadas até ao nosso século, como o mostra não só a persistência do vocabulário saloio e a extensão que esse adquiriu, mas muito especialmente a persistência em se considerarem os salaios como um núcleo populacional com características bem definidas, as quais levam a distingui-los não apenas dos lisboetas, mas das outras populações vizinhas. De recordar, por exemplo, os juízos de Raul Prouen, pondo em contraste os salaios e os ribatejanos. Depois de caracterizar aqueles afirma: «ao oriente do Tejo, porém, o grosso da população ribatejana apresenta características psicológicas absolutamente divergentes das que deixamos apontadas»<sup>(30)</sup>.

Fêm os salaios a sua mentalidade própria e a actuação tomada pelo qualificador esperteza saloia indica-o bem. Desse facto fêm os salaios consciência.

José Rodrigues Migueis, num romance notável, *Isobeta* pela ambientação e por a acção decorrer em Lisboa, põe uma das personagens, Adélia, figura da pequena burguesia citadina, a reagir agastada à narrativa que lhe fazia a Maria dos Lapatros: «Que histórias são essas, criatura! Tenha respeito! Mas a Maria dos Lapatros continua e acaba por dizer: «A minha senhora despolpe, mas isto a gente sempre salaios, temas cá outros modos»<sup>(31)</sup>.

Consciência têm também de serem diferentes os seus hábitos. O autor da *Fisiologia do Saloio*, que confessou ter escrito essa obra por ter vivido em contacto com eles<sup>(32)</sup>, não deixou de referir o caso de um funcionário de Justiça que, depois de pernoitar em casa de uns salaios, de manhã lavou a cara, perante o espanto das crianças, pelo que a mãe as repreendeu, dizendo: «calem a boca, tolos, aquilo faz-se quase todos os dias na cedade»<sup>(33)</sup>.

(Continua na pág. 15)



# AMADORA DE OUTROS TEMPOS

(Continuação da pág. 4)



Namoro saloio.

Defendemos conter o conceito de *saloio* mais do que a antinomia homem do campo, campónio e habitante do aglomerado urbano. Um caso parece-nos dar-nos a contraprova dessa ideia. Refere David Lopes o «nome que os moradores de Santarém dão à gente de fora da cidade: eles chamam-lhe *barrões*. Ora este nome tem o mesmo significado que *saloio*»<sup>(34)</sup>. Barrão terá o mesmo significado, mas não teve, não tem, nem mesmo aproximadamente, a mesma repercussão e impacto do termo *saloio*. Mas também não contém as antinomias, os contrastes, os factores de choque existentes entre o lisboeta e o *saloio*.

Concluindo, parece-nos poder-se considerar que

1) O conceito de *saloio* terá resultado do contraste entre a população de Lisboa e a dos seus arredores no período muçulmano, contraste que não seria apenas o do cidadão para o rural, do homem da cidade para o campónio, mas derivaria também da circunstância de, na vida social e económica e em termos de mentalidade e de cultura, serem marcadamente distintos os habitantes de Lisboa e os dos arredores;

2) Depois de 1147, na Lisboa cristã e portuguesa, persistem esses factores de diferenciação e devem mesmo ter-se acentuado. A expulsão dos muçulmanos da capital e a sua fixação, ao que tudo indica, nas cercanias, terá tomado a população dos arredores mais fortemente islamizada, enquanto em Lisboa se deve ter verificado um

acentuado e rápido decréscimo de islamização, não apenas pela saída de grande parte da população muçulmana, mas também pela afluência de povos cristãos peninsulares e até extra-peninsulares;

3) Esta diferenciação entre a população de Lisboa e a dos arredores leva a um choque, em virtude de esta última se deslocar continuamente à cidade para vender os seus produtos agrícolas e até alguns manufacturados pão, queijo fresco, etc. - de que se alimentavam em parte os lisboetas (em várias listas de preços de produtos marca-se explicitamente serem de termo alguns dos géneros). Esse choque terá sido a causa da forte implementação do termo *saloio*, não apenas para caracterizar uma população, mas com um sentido genérico e depreciativo.

<sup>(1)</sup> *Cousas arábico-portuguesas - Algumas Etimologias* in «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», Lisboa, vol. X, págs. 32 e 881.

<sup>(2)</sup> Embora primeiramente atribuída a narração a Osberno, parece não ter sido este o seu autor. Veja-se, de Rui de Azevedo. *A carta ou memória do cruzado inglês R, para Osberno de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147*, Coimbra, 1962, págs. 10-t5 (Separata do tomo VII da «Revista Portuguesa de História»).

<sup>(3)</sup> *A conquista de Lisboa aos mouros (1147) narrações pelos cruzados Osberno e Amulfo testemunhas presenciais do cerco*. Texto latino e sua tradução para o português pelo Dr. José Augusto de Oliveira, (Complemento do vol. II da Lisboa Antiga, de Júlio de Castilho), Lisboa, 1936, págs. 59, 60 e 61.

<sup>(4)</sup> *Do Sítio de Lisboa*, Lisboa, 1803, pág. 185.

<sup>(5)</sup> *Livro das Grandezas de Lisboa*, tratado IV, cap.º V, Lisboa, 1620, fl. 78.

<sup>(6)</sup> *Relaçam, em que se trata, e faz hua breve descção dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa, e seus arrebaldes*. A primeira edição é de Lisboa e do ano de 1625. Republicada por A. Vieira da Silva nos «Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais», Lisboa, 1934, n.º 11, pág. 30.

<sup>(7)</sup> *Corografia portuguesa e Descrição topográfica do famoso Reino de Portugal*, livro 11, tratado VII, cap.º X, Lisboa, 1712, vol. III, pág. 374.

<sup>(8)</sup> *Livro das Grandezas de Lisboa*, tratado IV, cap. V, fol. 79 v.

<sup>(9)</sup> *Etnografia Portuguesa - Tentame de Sistematização*, Lisboa, 1941, vol. III, pág. 45.

<sup>(10)</sup> *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1874, vol. III, págs. 45.

<sup>(11)</sup> *A Extremadura Portuguesa*, segunda parte, Lisboa, 1908, pág. 103.

<sup>(12)</sup> No jornal «Sintra Regional» de 4 de Julho de 1931 (Ano 6 n.º 262) publica-se sob o título Esclarecimento cunoso uma carta, de 30 de Junho anterior, de Cunha e Costa, que diz ter em seu poder o manuscrito da Fisiologia do Saloio, e onde afirma: «Esse folheto, de facto anónimo datado de 1858, foi escrito e publicado por António Maria da Cunha Pereira Sotto Maior» refutando a atribuição da obra ao médico António Marçal da Silva Rosa. Na Bibliografia Sintrense de Francisco Costa e J. Martins da Silva Marques, Sintra, 1940, é aceite esta atribuição. Ver n.º 264, e pág. 99.

<sup>(13)</sup> *Physiologia do saloio*, 1858, págs. 7-8.

<sup>(14)</sup> *A Extremadura Portuguesa*, 2.ª parte, Lisboa, 1908, pág. 6.

<sup>(15)</sup> *Ibidem*, pág. 5-6.

<sup>(16)</sup> *Etnografia Portuguesa*, vol. III, pág. 433-436.

<sup>(17)</sup> *Ibidem*, vol. III, pág. 433.

<sup>(18)</sup> O seu autor é João de Sousa, lente de Arquitectura Naval e Desenho da Companhia dos Guarda-Marinhas. Em 1982 foi publicada uma edição fac-similada do Cademo pela Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>(19)</sup> O Cademo não tem indicada a data da impressão. Apenas no primeiro desenho figura «Ramalho F. (ecit) 1785».

<sup>(20)</sup> Veja-se o nosso estudo Do tráfego fluvial e da sua importância na economia portuguesa, separata do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», Janeiro-Março de 1958, págs. 47-50.

<sup>(21)</sup> Ter o termo *saloio* sentido pejorativo é sobejamente conhecido e fácil de comprovar. No entanto é de notar, por ser significativo, que a adjectivação de *saloio* para os produtos dos arredores de Lisboa, tem um sentido valorizativo, sendo indicativo de uma melhor qualidade.

<sup>(22)</sup> *Etnografia Portuguesa*, vol. III, pág. 428.

<sup>(23)</sup> *Ibidem*, vol. III, pág. 428, nota 3.

<sup>(24)</sup> *Miscellanea do Sibo de N. S. a da Luz do Pedrogão Grande*, diálogo XII, Lisboa, 1629, págs. 341-342. O itálico é nosso.

<sup>(25)</sup> *Etnografia Portuguesa*, vol. III, pág. 430, continuação da nota 4 da pág. 428.

<sup>(26)</sup> *A conquista de Lisboa aos Mouros*, edição citada na nota 3, pág. 108.

<sup>(27)</sup> *Portugaliae Monumenta Historica - Scriptores, Olisipone* 1856 vol. I, pág. 408.

<sup>(28)</sup> Veja-se o nosso estudo *Sobrevivências de cultos pagãos em Portugal*, separata da secção VII das publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Porto, 1962.

<sup>(29)</sup> *Guia de Portugal*, edição da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, vol. I, pág. 452.

<sup>(30)</sup> *A Escola do Paraíso*, Lisboa, 1960, págs. 151 e 152.

<sup>(31)</sup> *Physiologia do Saloio*, pág. 5.

<sup>(32)</sup> *Ibidem*, pág. 29.

<sup>(33)</sup> *Cousas Arábico-Portuguesas - Algumas Etimologias*, in «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», 1915-1916, vol. X, pág. 882.